



**Paisagem e moradia** A conciliação de conflitos em meio à construção de um Parque Municipal

**Landscape and Housing** The conciliation between conflicts in the construction of a City Park

*Beatriz Mendes de Oliveira, Graduação FAUUSP,  
mendesbeatriz.7@gmail.com*

*Hudynne Helena Guimarães Lima, Graduação FAUUSP,  
hudynne.lima@usp.br.*

*Luisa de Moura Chaves, Graduação FAUUSP,  
luisa.chaves@usp.br.*

*Eugenio Fernandes Queiroga, Professor Associado FAUUSP,  
queiroga@usp.br.*

## **A discussão da paisagem e moradia na Brasilândia**

O distrito da Brasilândia, localizado na zona norte de São Paulo, enfrenta hoje um processo urbano que é fortemente marcado pelo conflito de lutas pelo direito à moradia e à paisagem. A aparente contradição colocada nos embates pelos movimentos sociais, se mostra na verdade uma falha na gestão da terra urbana, resultando na incapacidade de provisão dos direitos à população que habita a periferia. A Universidade, em uma tentativa de aproximar a academia da comunidade, associou-se com o Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia, num processo que visa ampliar o debate sobre a gestão de recursos ambientais e de sustentabilidade urbana. A aproximação com os movimentos sociais busca um novo olhar, mais apurado, sobre a relevância da atuação da sociedade civil na gestão e planejamento das nossas políticas territoriais.

**Palavras Chave:** direito, paisagem, moradia, conflito, Brasilândia

## **The discussion of the landscape and housing in Brasilândia**

The Brasilândia's district, located in the São Paulo's North Zone, faces nowadays a strong urban process with conflicts between the right to housing and the landscape right. This apparent contradiction that puts the social movements against each other, it's actually a flaw in the management of the urban land, which results in the disability provision of the rights to the people who live in the outskirts. The University, in attempt to bring together the knowledge from the academy and from the community, has partnered with the Movement in Defense of the City Park of Brasilândia, in a process that aims to expand the debate about the management of the environmental resources and urban sustainability. The approximation with the social movements seeks a new way to look, more accurate, about the relevance of the civil society's action on the management and planning of our territorial policies.

**Keywords:** rights, landscape, housing, conflict, Brasilândia

## INTRODUÇÃO: ACESSO À DIREITOS – HABITAÇÃO, AMBIENTE E PAISAGEM

**Q**uando se pretende estudar o processo histórico de urbanização e a relação com a forma da ocupação territorial, a questão ambiental é de fundamental importância por conter elementos que determinam certas condições em uma sociedade inserida na economia capitalista. As desigualdades sociais, sendo resultantes da produção dessa forma econômica, e por vezes sendo inclusive um elemento necessário a ela, têm um rebatimento espacial na cidade baseada diretamente sobre o estabelecimento de padrões de segregação e impactos socioambientais, questão que fomenta importantes discussões sobre o “direito à cidade” e, mais especificamente, sobre o “direito à paisagem”.

Na contrapartida de um processo de urbanização segregador, associado aos entraves na gestão pública --- em que a legislação e a regulação fundiária privilegiam mais a produção do mercado imobiliário do que o acesso democrático à direitos ---, muitos movimentos sociais reivindicam, desde meados da década de 1960, a reforma urbana distributiva como uma reforma estrutural de mudança de paradigma na produção da cidade. A atuação dos movimentos sociais traz importantes discussões para todas as esferas da gestão de políticas públicas, destacando o papel desempenhado por esses movimentos na Constituição de 1988 que --- apesar de posteriores impasses e descompassos entre as elaborações da lei e suas aplicações --- trouxe importantes avanços para as áreas de educação, saúde e habitação. Na história mais recente das vertentes de discussão no urbanismo, Camila Fujita, elenca a ampliação da inserção do debate ambiental, em que, se por um lado alguns autores apontam uma nova linha de pensamento com esse foco, por outro, muitos movimentos sociais --- e outro conjunto de autores --- passaram associar de maneira complementar os temas ambientais ao direito à moradia e à reforma urbana. (FUJITA, 2008)

Se os aspectos ambientais influenciam graus de precariedade e segregação social, interferindo na relação que a população tem com a cidade, então debater a escala ambiental com a habitação e com as relações socioeconômicas urbanas é fundamental para uma mudança de caráter político--- estrutural, de modo a buscar romper com a lógica da produção espacial somente guiada pelos interesses capitalista que restringe o acesso à infraestrutura em sociedades capitalistas periféricas tão desiguais como a brasileira.

Promovendo discussões sobre a apropriação pública, gestão, preservação do patrimônio cultural e ambiental e qualificação dos espaços livres como potenciais transformadores da condição de segregação das cidades, o “direito à paisagem”, nutrindo---se do debate sobre o direito à cidade, articula essencialmente na prática a ideia entre a importância dos espaços livres públicos nas metrópoles com as demandas desses movimentos sociais, que passam a pautar as questões ambientais e a reforma urbana. O “direito à paisagem” destaca dessa forma a relevância da dimensão da vida pública associada aos desejos de paisagem, à provisão de serviços ambientais e à inserção urbana. Entretanto, é inerente aos movimentos sociais, enfrentarem constantemente situações de conflito de interesses com outros grupos ou setores da sociedade, levando---os à impasses com os quais precisam lidar.

Como exemplo de um espectro de discussões acerca do direito à cidade, à moradia e à paisagem, o Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia, que tem sido acompanhado por projetos de extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, é apresentado no presente artigo como um importante fornecedor de subsídios e questões aos desafios do planejamento urbano conjugado às políticas ambientais. Esse é um caso emblemático que ilustra as contradições e conflitos na prática do processo de luta pela implementação do Parque da Municipal Brasilândia, que já dura mais de 15 anos. Parte do terreno destinado ao parque, reivindicado por este movimento, hoje é alvo de um processo de parcelamento de novos loteamentos irregulares articulado por outros movimentos locais que ameaçam a viabilização do projeto do parque. Esse conflito de disputa pelo solo urbano, acentuado em cidades como São Paulo, coloca moradores da mesma região em atrito na luta por direitos, ao passo que ambos os lados são atingidos pelos mesmos índices de precariedade consequentes do processo de produção da forma urbana, cujos problemas possuem a mesma origem, apesar de levarem a distintos desdobramentos. As resoluções dos problemas então postos percorre momentos de aproximação e conflito, colocando complexidade no debate do direito à paisagem e do direito à moradia.

## **BRASILÂNDIA: A FORMAÇÃO E A DINÂMICA DA PAISAGEM NA BORDA DA CIDADE DE SÃO PAULO**

**O** futuro Parque Municipal da Brasilândia localiza---se no extremo norte da cidade São Paulo, num distrito que recebe o mesmo nome. Tal região, destaca---se sobretudo por uma junção de contrastes. Por um lado, é caracterizada por seu forte adensamento populacional --- com grande concentração de favelas e alta densidade construtiva. Por outro, uma natureza que resiste apesar da expansão urbana, marcando a paisagem com o verde dos remanescentes da Mata Atlântica da Serra da Cantareira. A paisagem é, assim, um prenúncio do conflito vivo dentro da região: a luta pela moradia e pelo direito à paisagem.

Desde seu surgimento, ainda com o loteamento inicial do Sítio pertencente à Brasília Simões, a forma de ocupação do território tem se caracterizado pelo processo de espoliação urbana da cidade de São Paulo, onde sua “desordenação” produziu um espraiamento da população, lançando---a sobre a periferia, onde o acesso à terra é maior devido ao baixo preço ou à

possibilidade de ocupação irregular. A consequência desse processo foi a alocação da população em loteamentos irregulares, ocupando áreas de risco e áreas de restrições ambientais, caracterizando uma paisagem repleta de precariedades, caracterizada pela ausência do poder público, mas ainda pela incidência dele. (ANGILELI, 2012)

Com o Estado omissivo frente aos loteamentos clandestinos, instalando obras públicas em áreas de importância ambiental, não solucionando o problema das moradias em área de risco, e incentivando a expansão urbana, a ambiguidade do processo de formação das periferias em São Paulo se mostra clara. Se por um lado não se permite a moradia nessas áreas, por outro, não há uma política que garanta a manutenção dessa população fora destes mesmos locais. A lógica capitalista de expansão se impõe na dinâmica da formação da periferia de São Paulo, num processo de acumulação primitiva que marcou sua segunda metade do século XX. (OLIVEIRA, 1973)

Como no restante da cidade, o distrito da Brasilândia contou com a organização precária da urbanização nos seus moldes clássicos. Ao longo do tempo, o poder público cedeu ao território as infra-estruturas básicas, bem como a regularização dos lotes que a princípio estavam na clandestinidade. Assim, consolidou-se um território que havia devastado grande parte da Serra da Cantareira, e ainda em 2010, era considerado o distrito que mais apresentava riscos à sua reserva. (ANGILELI, 2012)

Apesar dos avanços, ainda hoje percebe-se que a problemática não se dá apenas do ponto de vista ambiental, mas também conjugadas a um problema habitacional. A região congregava até 2003, 51% do seu território ocupado por loteamentos irregulares e favelas. Em 2010, constatou-se que mais de 15 mil pessoas ainda residiam de maneira irregular (CENSO, 2010) ocupando áreas lindeiras à córregos e nascentes. Em 2003, apenas 7km<sup>2</sup> do distrito eram ocupados pelo Parque Estadual da Cantareira, e este valor vem diminuindo ao longo dos anos com um crescimento populacional que, apesar de menor que no final do século XX, ainda se mantém numa taxa elevada, de 3% ao ano.

É importante ressaltar que de 1991 a 2000, a taxa de crescimento populacional havia sido bastante significativa, com um incremento de 20.000 habitantes ao distrito, paralelamente ao desmatamento de 23 ha da denominada área de fronteira, na região envoltória ao parque de preservação da Serra da Cantareira. Já de 2000 a 2010, o distrito ganhou 30.000 novos moradores, sendo seu desmatamento no mesmo período quase 3 vezes menor, chegando a um total de 8 ha. Apesar da diminuição, é evidente na paisagem a nova ocupação dessa população em locais onde antes a mata ainda não havia sido devastada, evidenciando o forte vetor de expansão urbana e pressão ambiental.

A dinâmica de expansão urbana, comum a todo o município de São Paulo no período, marca fortemente o território da Brasilândia na década de 1990, porém, nos últimos anos, estudos têm revelado que a principal dinâmica de expansão urbana tem se dado interna ao distrito, em que a população que migra para as áreas da Serra são agora pessoas que não conseguem mais se manter nas áreas já consolidadas da Brasilândia, seja pelo alto valor dos aluguéis, seja pela necessidade de obtenção de uma casa própria, sendo obrigadas a migrar para áreas menos consolidadas, carentes de infraestrutura e de condições básicas de moradia (ANGILELI, 2012).

Excluídos socialmente do mercado imobiliário formal, a população se vê obrigada a ocupar as áreas remanescente e verdes da cidade ainda não ocupadas. Essa precariedade traz diversos conflitos do ponto de vista urbano, social e ambiental. Os impactos no meio ambiente são muitos,

como erosão, desmatamento, assoreamento dos cursos d'água, queda de matações, despejo de resíduos nos córregos. Do ponto de vista regional, tais ações agravam as enchentes, já comuns nessas áreas, aumentam a densidade da região e resultam em moradias insalubres e precárias, expondo os moradores a uma vulnerabilidade ainda maior. Remoções constantes, reintegrações de posse, a falta de acesso a equipamentos e infraestrutura, como trens e metrô, além dos incêndios tem agravado o cotidiano dessa população.

Em meio a estes conflitos sociais, surgem atores que visam reivindicar o que lhes falta. Os movimentos de luta por moradia, por melhorias ambientais, saneamento e cultura tem se tornado figuras centrais nos desdobramentos da gestão pública no território, e tem marcado presença nos espaços de disputa política por melhorias na região. (ANGILELI, 2012).

### **Extensão Universitária: As experiências de aproximação com conflitos reais como meio formação**

Com o objetivo de aprofundar a relação universidade---comunidade e devolver à sociedade, de maneira direta, os conhecimentos obtidos academicamente, utilizando como estudo o processo de construção do Parque Municipal da Brasilândia, articulou---se um grupo de estudos formado por estudantes de graduação, mestrado e pós---doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU---USP), contando com a liderança dos professores Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima e Eugenio Fernandes Queiroga, que tem como objetivo estudar as questões de Paisagismo na região da Brasilândia. Deste grupo maior, dois projetos de extensão foram estabelecidos, com os temas "Parque Municipal da Brasilândia: Criação Coletiva da Paisagem" e "Processos participativos na construção da paisagem: sistemas de espaços livres públicos na Microbacia Hidrográfica do Córrego do Bananal, São Paulo". Tal experiência tem suscitado no grupo uma questão latente: De que maneira o conhecimento técnico nas áreas de paisagismo e urbanismo, adquiridos na academia, são de fato aplicáveis no contexto de uma metrópole? Cabe destacar então que aproximar universidade e comunidade se faz importante também devido os movimentos locais evidenciarem importantes questões ao planejamento urbano.

Assim, uma série de atividades vêm sendo realizadas pelos estudantes e professores com a comunidade local da Brasilândia --- a Escola EMEF Jardim Damasceno I e o Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia são os dois principais parceiros locais. Com a escola, as atividades são voltadas à conscientização de adolescentes e crianças sobre o termo *espaço*. Por ela estar localizada em uma das bordas do Parque Municipal da Brasilândia, foi possível estabelecer um cronograma com três etapas voltadas ao (1) espaço interno da escola, (2) aos percursos e caminhos do trajeto escola---parque---casa e ao (3) espaço do Parque. Com o Movimento, as atividades são voltadas à construção do Parque e à discussão do direito à paisagem. Dessa maneira, o grupo participa das reuniões mensais do Movimento, realizadas todo primeiro sábado do mês, e dos seminários e atividades de conscientização, sensibilização e reconhecimento da área. Nessas atividades, o grupo procura trazer conhecimentos técnicos da área de paisagismo e urbanismo, em uma tentativa de troca mútua de conhecimento e que procura perceber quais são os desejos de paisagem da população.



Foto do 2º Seminário de áreas verdes e livres realizado pelo Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia, na escola EMEF Jardim Damasceno I, com parceria das Universidades FAUUSP e FIAMFAAM, 2016



Foto da visita de campo realizada pelo Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia em parceria com Universidades FAUUSP, 2014

## O PARQUE MUNICIPAL DA BRASILÂNDIA

A região norte de São Paulo é uma das poucas regiões do Município que ainda possuem grandes áreas de matas nativas, com alto potencial ambiental e sociocultural. A forma de ocupação na região permitiu a existência de espaços que, devido à falta de acesso, às legislações ambientais vigentes e à difícil ocupação, foram mantidos preservados com fauna e flora nativa. Esses espaços sofrem um forte embate sobre o seu uso e destinação, com parte da população demandando habitação e parte, a preservação e criação de parques, pois, em contradição a existência de relevantes áreas verdes, é uma região carente de espaços livres públicos qualificados. De acordo com Catharina Pinheiro, esses espaços na região norte podem formar um “colar de esmeraldas”, cuja importância socioambiental dessas áreas pode ser ampliada com a criação de um sistema de espaços verdes conectados e que permitem o fluxo gênico, a melhor qualidade do ar e da água das regiões próximas, articulado com as demandas vinculadas ao lazer e ao convívio das populações locais. É nesse contexto de debate sobre o direito à paisagem que se encaixa o Parque Municipal da Brasilândia.

A área localiza-se relativamente próxima ao Parque Estadual da Cantareira e ao Parque Linear Córrego do Canivete. A sua proximidade com essas áreas permite que, futuramente, as regiões se conectem, enriquecendo ainda mais a mata nativa existente. No total, são 320 mil m<sup>2</sup> com aproximadamente um terço de Mata Atlântica original -- é possível encontrar Macacos Bugios e ver Araucárias na paisagem. Além disso, a região é cortada pelo Córrego da Onça, possuindo 7 minas d'águas, e nascentes do Canta Galo e a cachoeira do Córrego da Onça, que estão conectada com os rios Corumbé, Canivete e Bananal, fazendo parte da Sub-Bacia do Bananal e da Bacia do Cabuçu do Sul, uma das mais importantes Bacias Hidrográficas da região Norte.

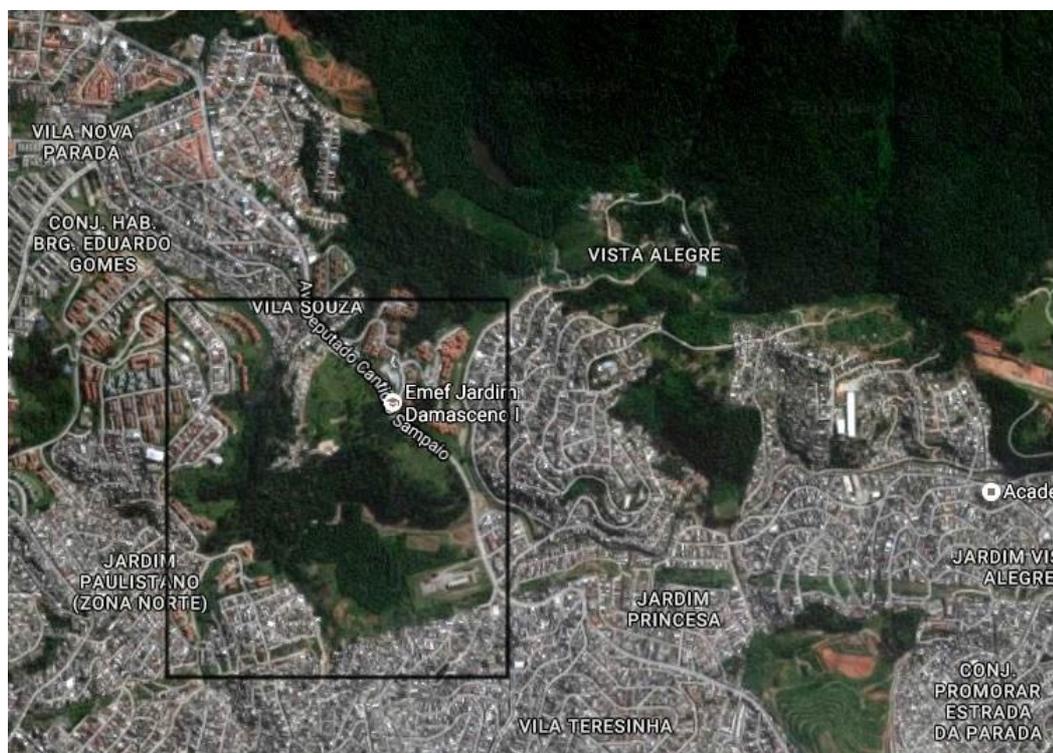


Foto de satélite da região norte do distrito da Brasilândia. Em destaque, área destinada ao Parque Municipal da Brasilândia

Com altas declividades, o parque já possui algumas trilhas de caminhadas desenhadas pelos moradores da região. Em uma hora de caminhada é possível chegar ao topo da cumeeira e vislumbrar parte cidade de São Paulo ao sul, e da Serra da Cantareira, ao norte. Além disso, o solo acidentado e pouco resistente faz deste terreno um local de difícil utilização para a construção civil, uma vez que as altas declividades não são apropriadas à ocupação. Apenas um terço da área é de posse pública, onde foi instalado um prédio da empresa de saneamento e distribuição de água SABESP, sendo os outros dois terços de propriedade privada --- uma das áreas está em processo na justiça sobre sua posse.

Como a maior parte das áreas verdes da periferia da cidade, o Parque da Brasilândia está cercado por comunidades de baixa renda, favelas e ocupações, sofrendo fortemente com o embate “moradia versus paisagem”. Além das precárias condições de moradia, a área conta com uma das mais baixas distribuições de equipamentos públicos da cidade. Assim, a construção de um parque naquela região é vista por muitos moradores como uma grande melhoria para a população local, tanto na área de lazer e convívio, como na área de saúde e esportes.

## **A LUTA DO MOVIMENTO EM DEFESA DO PARQUE DA BRASILÂNDIA E O CONFLITO COM A QUESTÃO DA MORADIA**

O Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia surgiu nos anos 2000 quando um grupo de moradores, cientes da carência de locais de lazer, cultura e recreação na região da Brasilândia e também motivados por discursos vinculados à saúde pública, à preservação e educação ambiental, decidiram lutar pela criação do Parque Municipal da Brasilândia.

O movimento vem lutando desde a sua criação pela construção do Parque Municipal da Brasilândia, num processo que já obteve vitórias e derrotas. Dois anos após o seu surgimento, durante o governo da ex---prefeita Marta Suplicy, foi aprovado o Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo (PDE---SP) de 2002. Tal lei estabeleceu o Parque Municipal da Brasilândia, delimitando---o como Zona de Proteção Ambiental e Área de Utilidade Pública (DUP) – onde o imóvel não pode ser alienado por cinco anos para a sua desapropriação. Apesar da vitória, foram necessários mais seis anos de luta para que o ex---prefeito Gilberto Kassab anunciasse a criação do Parque – sendo, inclusive, registrada no plano de metas da gestão. Entretanto, a implantação do parque não ocorreu devido (oficialmente) a ocupações irregulares.

Passados oito anos, o movimento ainda continua brigando pela implantação do parque. O PDE---SP aprovado em 2014 na gestão Haddad continuou a incluir a área como parque e a Lei de Zoneamento de 2016 demarcou o espaço como ZEPAM – Zona Especial de Preservação Ambiental. Entretanto, mesmo com a discurso do prefeito de transformar lei em realidade, o parque ainda continua como um sonho para os moradores da região. Assim como ocorreu em 2008, a implantação efetiva foi suspensa devido a outra ocupação irregular.

De acordo com um dos líderes comunitários, Quintino José Vieira, de 71 anos, a região já foi ocupada três vezes, nos anos de 2005, 2009 e novembro de 2012. A última ainda permanece no local.

A atual ocupação contava com 1.470 famílias cadastradas no sistema COHAB, em 2015, de acordo com a Prefeitura de São Paulo. De acordo com o Jornal Folha de São Paulo, em novembro de 2016 ainda haviam áreas à venda na região.

Apesar dos demais problemas, uma grande complicação estaria na posse do terreno. Um impasse na compra do terreno impede a prefeitura de pedir a desapropriação da ocupação. Em decorrência desta situação, a *Associação das Mulheres Fortes do Jaguará* negocia a construção de casas populares na área do Parque

Por parte do movimento a favor do parque, há um entendimento da necessidade de moradia popular na região. Entretanto, a ocupação, além de ser em uma área de risco de vida devido às declividades e à presença dos córregos, acaba por trazer danos irreparáveis à mata nativa local. Já por parte dos integrantes do movimento de moradia, também há um entendimento da questão ambiental do local e muitos moradores já declararam que pretendem sair da área quando a prefeitura der uma segunda opção de habitação.

## O DIREITO À MORADIA VERSUS O DIREITO A PAISAGEM

O processo da constituição do parque tem se mostrado um interessante estudo do ponto de vista da atuação dos agentes envolvidos no conflito. Os trâmites legais que levam o espaço à uma real efetivação do que se quer, vão muito além do projeto e da legislação, aos quais comumente temos acesso dentro do mundo acadêmico. Inseridos num processo maior que o tempo da universidade, da graduação ou de uma pós-graduação, o grupo de estudo se coloca como um contribuidor à ação política organizada do movimento

A complexidade vista na prática da organização dos movimentos da região é decorrente dos diferentes interesses pautados e das distintas estratégias de atuação. A aparente contradição entre moradia e direito à paisagem tem sido um tema em constante debate internamente ao Movimento do Parque, que ao longo de sua trajetória vem contando com diferentes parcerias em toda a comunidade, para a manutenção e consolidação da defesa desse espaço livre público. Dentre os parceiros diretamente envolvidos nessa luta, podemos citar o Movimento Ousadia Popular, a Associação de Moradores do Jardim Damasceno, a Rádio Cantareira, a direção da EMEF Jardim Damasceno I e, além da contribuição dos projetos de extensão da FAU-USP, também há a parceria da universidade com o escritório modelo da FIAM-FAAM que tem colaborado em difundir as ideias e auxiliar na mobilização dos moradores.

Como todo processo popular, os movimentos possuem diversos entraves em sua organização, que se mantém de maneira autônoma pelos moradores da região. A dificuldade de arrecadar fundos para manutenção de seus espaços, a constante sobrecarga de seus membros, que além das tarefas comuns de trabalho e gestão domiciliar ainda precisam conciliar a gestão de um movimento que se organiza aos fins de semana à dificuldade de agregar a população e aumentar a mobilização. Com o pouco tempo livre disponível, para além da exaustão de se deslocar diariamente na cidade de São Paulo, conseguir se reunir e batalhar juridicamente por melhorias na região, é um desafio enfrentado por todos os coletivos.

As formas que o Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia tem encontrado para se organizar conta com a colaboração de militantes que brigam pelas causas da região há muito tempo, em reuniões que congregam atividades, e oficinas vinculadas à educação ambiental, bem como os seminários abertos realizados com o intuito de aproximar a população para o debate da pauta.

Neste contexto, a EMEF Jardim Damasceno I tem desempenhado um papel de extrema relevância na sensibilização da comunidade por conta dos processos de projeto participativo esboçados no

desenvolvimento com crianças e adolescentes que estudam e moram na região. As atividades mostram as potencialidades do local, travam uma relação de pertencimento frente ao seu território, visando também compreender quais são os desejos de paisagem da comunidade.

Essa relação tem sido importante por confirmar que a contradição entre moradia e paisagem de fato compõem um aparente conflito. Num cenário de precariedade, a ideia de áreas verdes e livres parece distante do alcance da população, que não tem muitas vezes saneamento básico chegando em suas residências, entretanto, não consiste em um desejo inexistente --- é necessário destacar inclusive que parte dos estudantes dessa escola moram na região do parque onde estão essas ocupações irregulares, como a Favela da Capadócia.

A escola é uma parceria recente do movimento do parque. Um dos atores mais antigos no processo é a Associação de Moradores do Jardim Damasceno. Por ter uma atuação já estabelecida há muito tempo na Brasilândia, a associação consegue ter um acesso mais amplo na mobilização, cedendo além de esforços constantes na organização das atividades, espaços para as reuniões e atividades do movimento tornando---se um importante articulador local. Só no ano de 2016, dois seminários de áreas verdes e livres foram realizados na região, com o intuito de difundir as ideias. Novos parceiros surgiram em tais atividades, como os Estudantes do curso técnico da ETEC Jardim Paulistano, localizada na região, e militantes de outros movimentos como o *Água sim lucro Não*, que vem contribuindo na luta pelo Parque, que possui grande importância para os recursos hídricos locais.

A grande demanda por moradia é uma questão latente para os moradores da região, e tem se tornado um impedimento concreto para a implementação do Parque da Brasilândia. Desprovidos de qualquer garantia, os moradores que ocupam a área do parque não vêm outra saída que não a manutenção da ocupação, uma vez que o poder público não tem ofertado qualquer tipo de programa para a realocação das mesmas. A população que se encontra nessa área, apesar de sensíveis à questão do Parque e também sofrerem com as condições precárias de moradia --- em maio de 2016 um incêndio na Favela da Capadócia queimou mais de 60 barracos ---, não tem capacidade de buscar por conta própria outra alocação em áreas mais adequadas à habitação. Essa situação se soma à outra parte do conflito tem se dado frente a um dos loteamentos irregulares estabelecido na parte norte do terreno destinado ao parque, que inclusive parece envolver interesses privados bem distintos com a entrada de máquinas que estão abrindo ruas no terreno e propagando a venda de lotes. Este caso tem recebido denúncias oficiais ao Ministério Público e ainda está em processo de investigação com algumas audiências públicas sendo convocadas. Esse quadro configura novamente mais um entrave para a consolidação do Parque Municipal da Brasilândia.

O entrave da posse do terreno, que impede a justiça de declarar a reintegração de posse e, conseqüentemente, a construção do Parque pela prefeitura da cidade, é apenas um dos problemas judiciais a serem enfrentados. A questão legal, que define a área com uma zona de proteção ambiental, impede o loteamento da região --- independentemente se o terreno pertence a uma empresa privada ou à prefeitura. Entretanto, a legislação ambiental foi deixada de lado em detrimento do mercado imobiliário informal ali formado. Novamente percebe---se o embate entre o direito à moradia e o direito à paisagem, em que, aparentemente, o direito aos espaços livres e vegetados é deixado em segundo plano ao sofrer grandes perdas ambientais por desmatamento, poluição de córregos e destruição da fauna e flora nativa. Entretanto, um olhar mais atento sobre a situação percebe---se que o direito à moradia e o direito à cidade também estão sendo relegados nesse embate ao permitir que mais de 1.500 famílias se instalem em uma região com altos riscos

de desabamento e inundações, precariedade das vias abertas com falta de esgoto e água tratada e sem políticas públicas que qualifiquem a região formando centros de trabalho e lazer locais.

O Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia tem como principal discurso a mudança sensível e qualitativa que o parque promoveria em diversas escalas: implementando uma área verde como um equipamento público que --- por ser um espaço livre, possibilita diversos usos e altera a relação que os moradores têm com a região --- ao não ter que se deslocar para acessar parques, lazer e entretenimento, ao incentivar a apropriação e a cultura e romper com o sentimento de provisoriidade e transitoriedade. Assim, o movimento pauta e estimula o pertencimento, que é uma questão importante sobre a esfera de atuação coletiva e pública.

Desse modo, ao considerar o direito à paisagem como um direito “menor” em relação aos outros, o que na verdade se materializa é a continuidade da segregação espaço---socioeconômica--- ambiental da cidade, e o que o movimento aponta é que o “morar” vai além da edificação onde se reside e que se vincula ao espaço urbano do bairro e região. Assim, o que ocorre atualmente na Brasilândia é a negação dupla aos direitos da população moradora da periferia. É negado a ela espaços verdes fortemente cultuados em outras regiões mais nobres e que são relevantes para a estruturação urbana, ao mesmo tempo que a falta de ação do poder público sobre a precariedade dos loteamentos irregulares nega o direito a uma moradia digna, com todos os requisitos básicos para uma vida de qualidade.

## CONCLUSÃO

**A**o envolver---se com o Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia e conseqüentemente os seus demais parceiros e com a comunidade, a Universidade aprofunda a interlocução entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular na formação da cidade. A viabilização do Parque Municipal da Brasilândia, projeto concreto utilizado como pressuposto para o estudo do paisagismo na região norte da cidade de São Paulo, apresenta uma realidade muito mais complexa que não pode ser visualizada a partir da mesa do arquiteto, urbanista e paisagista. A discussão dos direitos à cidade, à moradia e à paisagem são inerentes à questão territorial e urbana da Brasilândia

Dessa forma, é possível compreender que a discussão sobre esses direitos deve envolver a comunidade e os movimentos locais em primeira instância para entender quais são as peculiaridades, questões e demandas reais da população, pois são aspectos que envolvem o seu cotidiano e geram relevantes subsídios teóricos e práticos para a gestão de políticas públicas.

As desigualdades sociais, intrínsecas à economia capitalista, impõem disputas entre os agentes da cidade, sejam eles o poder público e a comunidade, a comunidade e a academia ou disputas internas à própria comunidade. Resultados dessas disputas e da dificuldade de articulação entre esses agentes, os descompassos na atuação de movimentos com focos distintos e estratégias que parecem se ameaçar, mas na verdade deveriam se complementar, leva a acreditar na falsa ideia de hierarquização dos direitos, em que camadas mais baixas da população devem escolher qual direito querem ter atendido, acentuando este ciclo e acirrando ainda mais os conflitos.

Essa situação coloca um falso embate e força uma disputa entre aqueles que lutam pelo direito à moradia e aqueles que lutam pelo direito à paisagem, sendo que ambos grupos muitas vezes se reconhecem como importantes mutuamente.

O planejamento urbano deve considerar essas questões na formulação de políticas que consigam efetivar a aplicação das Zonas de Preservação Ambiental como componentes dos sistemas de espaços livres públicos que modifiquem a atual condição das periferias e contenham a precariedade na expansão urbana, contemplando as demandas da população. Paralelamente, a atuação do Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia se mostra como um importante agente de articulação local, demonstrando a relevância de uma estratégia que congrega articulação jurídica e cobrança de atuação do poder público, com atividades de mobilização vinculadas à educação e conscientização ambiental, com a preocupação de expandir e envolver diversos setores --- dos agentes locais à Universidade --- no debate sobre o Parque da Brasilândia e o à direito à paisagem.

O movimento do parque não procura o conflito com os movimentos de moradia, e sim a expansão do debate para que a mobilização local consiga pressionar o poder público e alterar a lógica da segregação, afim de que todos os direitos possam ser garantidos.

Apesar de pontual, o Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia aponta uma importante experiência para os desdobramentos desses conflitos que hoje devem agendar as pautas do planejamento urbano. A experiência sinaliza a conciliação dos direitos à cidade, à moradia e à paisagem como um eixo de disputa frente ao poder público, pautado na consciência de que os direitos não podem ser excludentes, e contribuem para uma transformação da maneira de pensar e gerir as nossas cidades.

## REFERÊNCIAS

- QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 105---132, jun. 2014
- LIMA, Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos. ; BOUCINHAS, Caio . Sistema de Áreas Verdes e de Lazer --- uma visão da paisagem.. In: Bruno Roberto Padovano; Marly Namur; Patricia Bertacchini. (Org.). Sistema de Áreas Verdes e de Lazer --- uma visão da paisagem.. 001 ed. São Paulo: EDUSP e PINI, 2012, v. 0, p. 276---286.
- ANGILELI, Cecília Maria de Morais Machado. A588c Chão / Cecília Maria de Morais Machado Angileli. – São Paulo, 2012. 259 p. : il. + 2DVDs, Tese (Doutorado --- Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) --- FAUUSP. Orientador: Euler Sandeville Jr. 1. Paisagem urbana – São Paulo (SP) 2. Periferia – São Paulo
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 1 v. (1)
- FUJITA, Camila. Dilema urbano---ambiental na formação do território brasileiro: desafios ao planejamento urbano no Brasil, Tese de doutorado, Orientador: Leite, Maria Angela Faggin Pereira, 2008
- KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (1)